

Texto introdutório - Educação Infantil

O município de São Miguel dos Campos é um lugar onde a história, a cultura e a natureza se encontram e criam, dia após dia, a vivência da infância. O município carrega marcas do passado industrial, como a antiga fábrica de tecidos, Fábrica de Tecidos Vera Cruz, que representa a memória de trabalhadores e famílias que construíram sua identidade em torno do esforço coletivo. Essa herança histórica ensina às crianças valores como solidariedade, luta e pertencimento.

A geografia do território também tem papel essencial. O Rio São Miguel corta a cidade, oferecendo não apenas beleza natural, mas também inspiração para brincadeiras, imaginação e curiosidade sobre a vida. As praças, a feira livre e os espaços de convivência comunitária são cenários vivos de encontros, cores, sons e sabores, onde as crianças observam, interagem e aprendem que a vida em sociedade se constrói no diálogo e na partilha.

Do ponto de vista cultural, São Miguel dos Campos é rico em tradições populares como à Feira da Ponte, festas juninas, festas religiosas, como, à festa dos Padroeiros, São Miguel Arcanjo e Nossa Senhora do Ó, cantigas e histórias transmitidas entre gerações. Esse patrimônio cultural alimenta a infância com narrativas, músicas, danças e modos de viver que ampliam as possibilidades de criação e expressão. Cada criança cresce cercada por um repertório de práticas culturais que fazem parte de sua identidade.

A BNCC, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nos lembram que a criança é sujeito de direitos e que sua educação deve estar conectada ao contexto em que vive. Isso significa que, em São Miguel dos Campos, educar na infância não é apenas ensinar letras e números, mas reconhecer o território como fonte de saberes. É olhar para o rio, para a feira, para as histórias de trabalho e resistência, e transformá-los em experiências pedagógicas que dialogam com os **campos de experiências** da BNCC: o convívio, o corpo, a imaginação, a cultura e o ambiente.

Quando a creche e a escola acolhem essas vivências, elas fortalecem o sentimento de pertencimento, ampliam horizontes e ajudam as crianças a compreenderem que fazem parte

de uma história maior, a de sua comunidade. Assim, cada brincadeira, cada descoberta e cada gesto de cuidado se tornam sementes de identidade, de valores e de futuro.

Educar em São Miguel dos Campos é, portanto, um convite: reconhecer a potência da infância enraizada em sua história, em sua cultura e em sua terra, e abrir caminhos para que cada criança cresça livre, criativa e consciente de seu lugar no mundo.

As experiências lúdicas das crianças na primeira infância vivenciadas em São Miguel dos Campos são enriquecidas pelo olhar atento e participativo das famílias, comunidades e instituições. Cada espaço da cidade se transforma em território de aprendizado, descobertas e brincadeiras, garantindo às crianças vivências que respeitam sua individualidade e potencial de desenvolvimento.

Sendo a família o primeiro lugar de convivência e afeto, é com pais, avós e irmãos que a criança experimenta o cuidado, a troca de histórias, as cantigas e as brincadeiras que fortalecem vínculos afetivos, estimulam a imaginação e desenvolvem a linguagem. Ao reproduzir e criar jogos a partir do cotidiano, a criança aprende a explorar o mundo de forma segura e prazerosa.

As comunidades, como as praças, existentes no município (todas com parquinho), Rio São Miguel, a feira livre e os espaços de convivência, ampliam o repertório da infância. Nesses ambientes, a criança interage com diferentes pessoas, observa tradições locais e participa de atividades culturais e recreativas. Brincar nesses contextos permite compreender o território, os valores e a história do lugar onde vivem, fortalecendo a identidade cultural e o sentimento de pertencimento.

As escolas, creches, organizam o brincar de forma intencional e planejada. Conforme a BNCC, essas experiências devem favorecer o desenvolvimento integral da criança, envolvendo dimensões cognitivas, sociais, emocionais e motoras. Projetos pedagógicos que exploram música, dança, contação de histórias, cultura local e meio ambiente conectam o lúdico à realidade das crianças, tornando o aprendizado significativo e prazeroso. “As crianças têm cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar. Cem alegrias para cantar e compreender. Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.” (Loris Malaguzzi, *As Cem Linguagens da Criança*, p. 15.

O ECA reforça que toda criança tem direito ao brincar, ao cuidado e à educação de qualidade, assegurando que família, escola, poder público e comunidade atuem juntos para garantir esses direitos. Em São Miguel dos Campos, quando esses diferentes participantes se articulam, o brincar deixa de ser apenas diversão: torna-se ferramenta de aprendizagem, desenvolvimento e construção de identidade, permitindo que a criança cresça reconhecendo-se como sujeito de direitos é parte integrante de sua comunidade.

Aqui em São Miguel dos Campos, a infância é vivida em uma rica combinação de cultura, história, comunidade e natureza. Cada criança chega à creche ou à escola trazendo consigo experiências únicas, vivências familiares e memórias do território, que precisam ser valorizadas na construção de um currículo sensível e contextualizado.

Antigamente, a infância em nosso município era vivida de forma muito livre e feliz. As crianças brincavam nas portas de casa, enquanto os pais e avós se sentavam nas calçadas, observando com carinho. As brincadeiras faziam parte do cotidiano: roda, queimado, correr pelas ruas, subir em árvores e cantar as cantigas que os mais velhos ensinavam. Brincava-se de boneca, de casinha e de fazer comidinhas em pequenas panelas de barro compradas na Feira da Ponte. Era uma infância simples, mas cheia de vida, movimento, convivência e afeto.

Com o passar dos anos, essa forma de viver a infância começou a mudar. As crianças passaram a ficar mais dentro de casa, entretidas com televisão e celulares, e as brincadeiras de rua e de porta foram diminuindo. A convivência comunitária e o brincar coletivo deram lugar ao isolamento e à rotina mais tecnológica.

Porém, de alguns anos para cá, observa-se um movimento bonito de resgate dessa essência: famílias, escolas e especialmente as creches vêm recuperando os valores da infância viva, do brincar livre e da convivência

Nos projetos pedagógicos da Educação Infantil contamos com rodas de conversas, cantigas, contação de histórias, brincadeiras tradicionais e experiências com a natureza só têm reaproximado as crianças da sua cultura e do seu território.

Hoje, é comum ver famílias levando suas crianças para brincar nas praças da cidade. Próximo ao Rio São Miguel, há uma grande praça de eventos onde, aos domingos, as famílias se reúnem para fazer piqueniques e deixar as crianças livres, brincando de patinete, skate,

roda, queimado, no parquinho ou andando de bicicleta. Enquanto isso, os adultos sentam-se sobre a grama, conversam, observam o rio e desfrutam desse tempo juntos, ressignificando o lazer familiar e o convívio comunitário. Essa nova prática tem fortalecido os vínculos afetivos, devolvendo à infância o direito de ocupar os espaços públicos com alegria e liberdade.

Vale destacar que, antigamente, existiam crianças atípicas em São Miguel dos Campos, mas muitas não eram diagnosticadas e, muitas vezes, não eram inseridas nas escolas, também porque havia poucas creches e oportunidades de Educação Infantil.

A partir de 2020, com o grande crescimento de creches em nosso município e consequentemente o aumento da oferta de vagas para creches e da educação infantil, surgiu uma demanda maior para a inclusão dessas crianças, em consonância com as leis que asseguram seus direitos à educação e ao desenvolvimento integral.

Em nossas creches temos salas de recursos e contamos com o suporte de um profissional habilitado para realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para atender as crianças público alvo da Educação Especial, e em caso de comprovada necessidade elas recebem suporte de um profissional de apoio individualizado e/ou compartilhado. Contamos também com o Centro de Atendimento Educacional Especializado que tem como objetivo promover o desenvolvimento global, a autonomia e a participação plena das crianças e estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou outras necessidades específicas, por meio de intervenções pedagógicas e terapêuticas complementares ao ensino regular, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar. E conta com os seguintes profissionais: psicólogos, neuropsicopedagogo, psicopedagogo, fisioterapeuta e entre outros profissionais que visam promover atendimento contínuo, sistemático e baseado em evidências e reduzir barreiras de aprendizagem e participação da escola regular.



Crianças e famílias na praça de eventos.
escolar

Família×escola= Horta

CRIANÇAS E FAMÍLIAS NA PRAÇA DE EVENTOS

Entre os desafios observados na infância de São Miguel dos Campos, destacam-se:

- As desigualdades sociais e econômicas, que podem limitar o acesso a brinquedos, livros, cultura e lazer;
- A exposição precoce a situações de estresse ou violência, exigindo atenção ao desenvolvimento socioemocional;
- As diferenças no ritmo de aprendizagem e na linguagem, que demandam estratégias pedagógicas individualizadas;
- ‘A influência da competitividade, presente em algumas brincadeiras ou expectativas familiares, que pode gerar ansiedade e insegurança;
- A necessidade de inclusão efetiva das crianças atípicas garantindo participação plena e atenção especializada.

Por outro lado, o território oferece potencialidades únicas que enriquecem a infância:

- A cultura local e as tradições, como festas populares, cantigas e histórias da comunidade, que fortalecem a identidade e o senso de pertencimento;

- A natureza e os espaços de convivência, como o Rio São Miguel, as praças e as hortas, que estimulam a exploração, o movimento e a imaginação;
- As relações comunitárias fortes, onde famílias e vizinhos participam da educação das crianças, criando vínculos afetivos e oportunidades de aprendizagem colaborativa;
- A diversidade de experiências práticas, como visitas à feira, à antiga Fábrica de Tecidos Vera Cruz e à zona rural, que enriquecem o repertório sensorial e cognitivo;
- A presença de profissionais especializados, garantindo inclusão e atendimento às necessidades de todas as crianças, respeitando seu ritmo e singularidade.

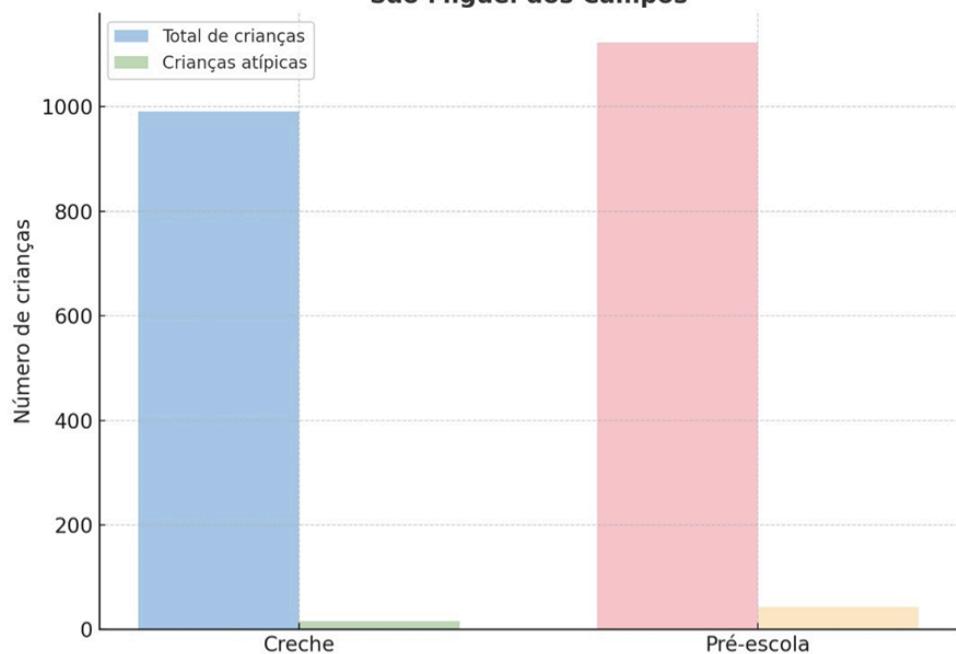
Segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a Educação Infantil deve considerar a criança como sujeito de direitos e protagonista de suas aprendizagens, respeitando seu ritmo, suas experiências e seu contexto sociocultural. Já o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) reforça que é dever da família, da escola e da comunidade garantir o direito ao brincar, ao cuidado e à educação de qualidade.

Portanto, ao construir um currículo sensível para São Miguel dos Campos, é essencial:

- Valorizar o território, a cultura e a história local;
- Equilibrar desafios e potencialidades para promover o desenvolvimento integral;
- Criar oportunidades de brincadeiras e experiências significativas que conectem a criança à sua realidade e à comunidade;
- Garantir inclusão efetiva das crianças atípicas, fortalecendo vínculos afetivos e sociais;
- Reconhecer a importância da família e da comunidade no processo educativo.

Em suma, compreender os desafios e potencialidades da infância local permite que o currículo seja mais humano, relevante e transformador, garantindo que cada criança cresça com autonomia, identidade e pertencimento.

Educação Infantil - Ano 2020
São Miguel dos Campos



Em 2020, a Educação Infantil de São Miguel dos Campos contava com quatro creches e quatro pré-escolas, atendendo um total de 2.114 crianças. Deste número, 58 eram crianças com deficiência, o que evidencia o compromisso do município com uma educação inclusiva e acolhedora. Esses dados refletem o esforço em garantir que todas as crianças tenham acesso às experiências educativas, respeitando suas singularidades e potencialidades.

2 – Educação Infantil: Marcos históricos e legais

Identidade visual sugerida:

Linha do tempo ilustrada, quadros comparativos de legislações, ícones de direitos da criança.

Quais foram os principais marcos históricos e legais que consolidaram a Educação Infantil como um direito da criança no Brasil e no município?

Como a legislação brasileira (CF, LDB, ECA, DCNEI, BNCC) orienta a organização da Educação Infantil em São Miguel dos Campos?

De que forma os avanços legais se refletem no cotidiano das instituições de Educação Infantil do município?

Criação de Instituições da Educação Infantil no município de São Miguel dos Campos

Linha do tempo



A consolidação da Educação Infantil como direito da criança no Brasil é fruto de um longo processo histórico, legal e político, que marcou a passagem dessa etapa da educação de um caráter assistencialista para o reconhecimento como parte da Educação Básica.

Um dos principais marcos foi a Constituição Federal de 1988, que estabelece no artigo 208, inciso IV, que é dever do Estado garantir “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988). Esse ponto foi fundamental para a

garantia do acesso como direito público subjetivo, isto é, um dever do Estado e um direito da criança.

Na sequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (art. 21, inciso I), definindo-a como direito da criança e dever do poder público. A LDB também reforçou a função educativa, ao afirmar que a Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família e da comunidade.

Outro marco relevante foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990), que assegurou a proteção integral à criança, garantindo o direito à educação e à dignidade. Esse princípio de proteção integral orientou a política educacional brasileira para a infância.

Mais recentemente, a Emenda Constitucional nº 59/2009 tornou a educação obrigatória a partir dos 4 anos, o que significou um avanço no reconhecimento da pré-escola como parte essencial da trajetória educacional. Essa determinação foi reafirmada pela Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB, reforçando a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 e 5 anos.

Em termos de planejamento nacional, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabeleceu metas específicas para a universalização da pré-escola até 2016 e para a ampliação da oferta de creches, com vistas a atender, até 2024, 50% das crianças de até 3 anos.

No campo pedagógico, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) representou outro marco, ao assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e os cinco campos de experiências como norteadores da prática pedagógica na Educação Infantil. De acordo com a BNCC:

“A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como objetivo a formação integral da criança em seus aspectos físicos, afetivos, intelectuais, linguísticos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2017, p. 35).

De acordo com a Resolução nº 1/2014 do Conselho Municipal de Educação de São Miguel dos Campos, que estabelece as normas para organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de São Miguel dos Campos. Define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, voltada ao desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos, em seus aspectos físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, garantindo o direito de educar e cuidar de forma indissociável.



Fonte: Criança da Pré-Escola – Educação Infantil do município de São Miguel dos Campos.

A Educação Infantil é oferecida em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos), sendo a matrícula obrigatória a partir dos quatro anos. O atendimento pode ser em tempo parcial (mínimo 4h diárias) ou integral (mínimo 7h diárias). Crianças com deficiência devem ser incluídas nas instituições regulares, com atendimento adequado às suas necessidades.

A proposta pedagógica deve considerar a criança como sujeito de direitos, cidadã e coautora do conhecimento, respeitando princípios éticos, estéticos e políticos. As práticas pedagógicas devem ter como eixos as interações e as brincadeiras, articuladas em um currículo que promova experiências culturais, artísticas, científicas e sociais. A avaliação é

contínua, sem objetivo de promoção ou retenção, baseando-se no acompanhamento do desenvolvimento infantil.

O número máximo de crianças por professor varia conforme a idade, de 8 (até 1 ano) a 22 (5 anos), garantindo condições adequadas de espaço físico e proporção entre educadores e crianças.

As instituições devem contar com profissionais habilitados, sendo exigido formação mínima cursando pedagogia a partir do quinto período para auxiliares de sala e licenciatura plena para docentes e coordenadores. A equipe pode incluir profissionais multidisciplinares (psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, professor do AEE habilitados e profissionais de apoio).

Os espaços físicos devem ser planejados conforme a proposta pedagógica, respeitando as necessidades da faixa etária e garantindo ambientes seguros, ventilados e acessíveis. Devem conter salas de aula, de professores, áreas administrativas, refeitório, banheiros adaptados, berçário e áreas externas cobertas e descobertas que favoreçam o brincar e o movimento.

A resolução reforça o compromisso do município com uma educação infantil de qualidade, que promova o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças.

Nesse contexto específico de São Miguel dos Campos, o município vem acompanhando esse movimento nacional de valorização da infância. O processo de elaboração do Referencial Curricular Municipal busca justamente articular os marcos legais nacionais às particularidades locais, de modo a garantir que as crianças miguelenses tenham acesso a uma educação de qualidade, alinhada à BNCC, mas também conectada à cultura, história e identidade do território. Assim, o município deixa de ser apenas executor de diretrizes nacionais e passa a produzir um documento próprio, que dialoga com a realidade de suas crianças e famílias, tornando a Educação Infantil não apenas um direito, mas também uma prática que valoriza o pertencimento local.

Como reforça Kramer (2003), “a infância é tempo de direitos e de cultura, e não apenas de preparação para o futuro”. Nesse sentido, a atuação municipal é essencial para garantir que o direito conquistado nas legislações nacionais seja efetivado no cotidiano das instituições de Educação Infantil.

A organização da Educação Infantil em São Miguel dos Campos está profundamente alicerçada nos principais documentos legais brasileiros, que reconhecem a criança como sujeito de direitos, protagonista do seu processo educativo e merecedora de uma formação integral desde os primeiros meses de vida. Ao adotar a Constituição Federal, a LDB, o ECA, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a BNCC como referências, o município reafirma sua valorização da infância como primeira etapa da Educação Básica e base para toda a trajetória educacional dos estudantes miguelenses.

A Constituição Federal de 1988 representou o marco inicial ao reconhecer a Educação Infantil como direito de todas as crianças e dever do Estado (art. 208, IV). Essa diretriz é assumida por São Miguel dos Campos, que garante o atendimento desde os 6 meses nas creches até os 5 anos nas pré-escolas, respeitando o direito ao acesso e à permanência em instituições de qualidade.

Na sequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, reafirmando sua finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (art. 29). São Miguel dos Campos se norteia por essa compreensão, ao oferecer espaços planejados para favorecer a aprendizagem por meio de experiências lúdicas, afetivas e significativas, sempre em parceria com as famílias e a comunidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça a proteção integral e a prioridade absoluta, estabelecendo que toda criança tem direito à educação e ao respeito à sua dignidade. O município acolhe esse princípio ao organizar a rotina da Educação Infantil de forma a respeitar a infância, garantindo momentos de cuidado, brincadeira, descanso, socialização e exploração do mundo ao redor. Assim, reafirma-se que educar e cuidar são dimensões indissociáveis, como previsto na legislação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) trazem contribuições fundamentais para a organização pedagógica, ao defenderem que a Educação Infantil deve se pautar pelo respeito à dignidade, aos direitos das crianças e pela promoção de interações e brincadeiras como eixos estruturantes. Também destacam a importância do protagonismo da criança, que deve ser entendida como sujeito ativo de sua aprendizagem, e não receptora passiva de conteúdos. Em São Miguel dos Campos, essa concepção é assumida

em práticas que permitem às crianças participar, escolher, explorar e construir conhecimentos em ambientes ricos em experiências.

Por fim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reafirma a Educação Infantil como etapa fundamental, organizada em torno de seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e dos cinco campos de experiências (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações). Em São Miguel dos Campos, a BNCC serve de guia para a construção do Referencial Curricular Municipal, que dialoga com as diretrizes nacionais mas também valoriza a história, a cultura e a identidade do povo miguelense, assegurando que o processo de ensino-aprendizagem esteja sempre voltado ao desenvolvimento integral e à autonomia das crianças.

Desse modo, a organização da Educação Infantil no município não se limita ao cumprimento legal, mas traduz na prática um compromisso ético com a infância. São Miguel dos Campos reconhece que a criança é protagonista da sua própria trajetória, um ser de direitos que aprende explorando, brincando, convivendo e se expressando. Ao respeitar os documentos legais nacionais e integrá-los à realidade local, o município fortalece a Educação Infantil como etapa fundante, garantindo que cada criança miguelense seja acolhida em sua singularidade e tenha assegurado o direito de se desenvolver em ambientes educativos que respeitem sua infância e ampliam suas possibilidades de futuro.

Os avanços legais que consolidaram a Educação Infantil como direito da criança no Brasil não permanecem apenas no campo normativo, mas se concretizam diariamente no cotidiano das instituições de São Miguel dos Campos. O município, ao se orientar pela Constituição Federal, pela LDB, pelo ECA, pelas DCNEI e pela BNCC, reafirma a Educação Infantil como etapa fundamental, garantindo que todas as crianças, desde a creche, tenham assegurado o direito de aprender, brincar, conviver e se desenvolver em sua integralidade.

Nas instituições de Educação Infantil do município, esse reflexo pode ser observado na forma como os ambientes escolares são planejados e vivenciados. As salas de referência são organizadas para respeitar as fases de desenvolvimento das crianças, oferecendo materiais diversificados, espaços lúdicos e propostas que favorecem o protagonismo infantil. A criança

é entendida como sujeito ativo, com autonomia para explorar, experimentar e construir sentidos sobre o mundo.

Esse olhar está em consonância com a BNCC, que assegura os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os cinco campos de experiências como pilares do currículo. Assim, cada atividade, cada interação e cada brincadeira são planejadas para possibilitar que as crianças explorem todas as áreas do desenvolvimento: cognitiva, física, socioemocional, linguística e cultural. Como destaca o documento: “As crianças são sujeitos históricos e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constroem sua identidade pessoal e coletiva” (BRASIL, BNCC, 2017, p. 37).

Dessa forma, os avanços legais também garantem que a Educação Infantil seja vivida em sua dimensão educativa e de cuidado, reconhecendo que a infância não é preparação para o futuro, mas uma etapa plena de vida, que merece ser vivida com dignidade, respeito e oportunidades.

Em São Miguel dos Campos, essa perspectiva se concretiza em ações que valorizam a autonomia infantil. Ao organizar as rotinas, os professores permitem que as crianças façam escolhas, experimentem hipóteses, desenvolvam a curiosidade e expressem suas emoções. Isso significa respeitar a infância em todas as suas fases: do bebê que precisa de segurança, afeto e estímulo sensorial, à criança maior, que busca ampliar sua interação social, explorar linguagens e construir conhecimentos.

Garantir esse direito desde a creche é fundamental, pois assegura que a criança esteja inserida em um ambiente escolar inclusivo, onde possa desenvolver plenamente seu potencial. A legislação, ao afirmar a centralidade da criança como sujeito de direitos, encontra em São Miguel dos Campos um campo fértil de aplicação: aqui, a Educação Infantil é tratada como base para toda a trajetória educacional, fortalecendo as aprendizagens futuras e contribuindo para a formação integral de cidadãos críticos, criativos e autônomos.

Portanto, os avanços legais refletem-se no município não apenas como obrigações a cumprir, mas como princípios norteadores de práticas que garantem à criança o direito de ser criança – de brincar, aprender, conviver, se expressar e se conhecer – em um ambiente escolar que respeita sua singularidade e potencializa suas capacidades.

3– Referencial Curricular Municipal em Consonância com a BNCC

Identidade visual sugerida:
Infográficos sobre as 10 competências, quadros com os campos de experiência, esquemas ilustrativos dos direitos de aprendizagem



De que forma o Referencial Curricular Municipal Dialoga com a BNCC?

Quais competências, direitos e Campos de experiências priorizados no referencial do Municipal ?

Como esse referencial deve ser aplicado na prática cotidiana?

O Referencial Curricular Municipal de São Miguel dos Campos dialoga diretamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao assumir seus princípios, competências gerais, direitos de aprendizagem e campos de experiências como estruturantes da Educação Infantil. Essa articulação garante que a política educacional do município esteja em consonância com as orientações nacionais, ao mesmo tempo em que respeita as especificidades locais, culturais e sociais das crianças miguelenses.

De acordo com a BNCC, a Educação Infantil deve promover “interações e brincadeiras, garantindo experiências que possibilitem o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2017, p. 36). Nesse sentido, o referencial municipal adota tais diretrizes e as traduz para a realidade do território, considerando aspectos socioculturais que caracterizam o município e assegurando que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento sejam alcançados em práticas pedagógicas contextualizadas.

O diálogo entre o referencial e a BNCC se estabelece em três dimensões principais:

- Fundamentos Legais e Princípios

O referencial local se ancora nos mesmos fundamentos que sustentam a BNCC, como a Constituição Federal (1988), a LDB (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009). Além disso, compartilha os princípios da equidade, inclusão, respeito às diferenças e valorização da infância como etapa com identidade própria.

- Competências Gerais, Direitos e Campos de Experiências

O documento municipal assume integralmente as 10 competências gerais da BNCC, os 6 direitos de aprendizagem e os 5 campos de experiências, entendendo que todos são essenciais e indissociáveis. O município reconhece que é pela integração desses elementos que a Educação Infantil cumpre sua função de promover o desenvolvimento pleno, tanto cognitivo quanto socioemocional.

- Contextualização Local

Embora alinhado à BNCC, o referencial municipal não se limita à reprodução do texto nacional. Ele incorpora as especificidades culturais, linguísticas e sociais de São Miguel dos Campos, garantindo que a criança seja compreendida em seu contexto de vida. Como defendem Kramer (2003) e Barbosa (2010), a construção curricular deve valorizar a infância em sua pluralidade, assegurando às crianças condições reais de participação, expressão e protagonismo.

Assim, o diálogo do Referencial Curricular Municipal de São Miguel dos Campos com a BNCC é de fidelidade aos princípios nacionais e, ao mesmo tempo, de respeito às singularidades locais, reafirmando que a Educação Infantil deve ser inclusiva, lúdica, democrática e promotora de aprendizagens significativas.

O Referencial Curricular Municipal de São Miguel dos Campos comprehende que a Educação Infantil é a base de toda a trajetória escolar das crianças, e por isso assume, de forma integral, as 10 competências gerais da BNCC, os direitos de aprendizagem e os cinco campos de experiências. Esses elementos não são vistos de forma isolada, mas como dimensões complementares que orientam práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças de 6 meses a 5 anos, respeitando sua autonomia, singularidade e protagonismo.

A BNCC (BRASIL, 2017) define 10 competências que devem atravessar todo o processo educativo, e que o município de São Miguel dos Campos adota como norteadoras:

COMPETÊNCIAS BNCC

Conhecimento	valorizar e utilizar os saberes para compreender a realidade.
Pensamento científico, crítico e criativo	estimular a curiosidade e a capacidade de investigar.
Repertório cultural	reconhecer, fruir e valorizar manifestações artísticas e culturais.
Comunicação	expressar-se em diferentes linguagens.
Cultura digital	compreender, usar e criar tecnologias digitais.
Trabalho e projeto de vida	exercer responsabilidade e protagonismo
Argumentação	desenvolver raciocínio lógico, crítico e ético.
Autoconhecimento e autocuidado	cuidar de si, da saúde e do bem-estar.
Empatia e cooperação	agir com respeito, solidariedade e ética.
Responsabilidade e cidadania	exercer direitos e deveres com consciência.

Essas competências, como lembra a BNCC, devem ser trabalhadas “de forma integrada, na perspectiva da formação humana integral” (BRASIL, 2017, p. 8).

O município também adota os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de:

DIREITOS DE APRENDIZAGEM

Conviver	com outras crianças e adultos em interações diversas.
Brincar	como forma de expressão, imaginação e aprendizagem
Participar	ativamente das experiências propostas.
Explorar	objetos, sons, texturas, espaços, fenômenos e relações.
Expressar	ideias, emoções e sentimentos por múltiplas linguagens.
Conhecer-se	como sujeito único, com identidade, cultura e história.

Segundo Kramer (2003), reconhecer a infância como tempo de brincar, conviver e se expressar é essencial para respeitar sua singularidade.

As práticas pedagógicas em São Miguel dos Campos também estão organizadas nos cinco campos de experiências, que integram as aprendizagens essenciais da Educação Infantil:



As Diretrizes Curriculares Nacionais reforçam que esses campos asseguram a vivência de experiências significativas, pois “organizam os saberes de modo a considerar as especificidades da infância” (BRASIL, 2009).

Portanto, em São Miguel dos Campos, o referencial municipal valoriza e prioriza todas as competências, direitos e campos de experiências, compreendendo que apenas a articulação entre eles garante o desenvolvimento integral. Isso significa reconhecer a criança como protagonista de seu processo, com autonomia para explorar, expressar-se e construir saberes, sempre em ambientes planejados que assegurem cuidado, brincadeira e aprendizagem.

O Referencial Curricular Municipal de São Miguel dos Campos deve ser aplicado no cotidiano da Educação Infantil como um guia que orienta e qualifica o trabalho pedagógico, sem engessá-lo. Ele não deve ser entendido como um manual pronto e acabado, mas como um instrumento vivo, que dialoga com a realidade das instituições, com a identidade cultural do município e, sobretudo, com as necessidades e potencialidades das crianças.

Na prática diária, isso significa que cada professor e cada equipe pedagógica devem se apropriar do referencial e utilizá-lo como base para planejar, organizar e avaliar as experiências de aprendizagem, garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento – conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (BRASIL, 2017). Assim, cada rotina, cada espaço da escola e cada interação passam a ser oportunidades para assegurar que as crianças estejam inseridas em um ambiente rico, que respeite sua singularidade e estimule sua autonomia.

Esse alinhamento também implica considerar os campos de experiências da BNCC e do referencial municipal – o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Na prática, isso se traduz em propostas pedagógicas diversificadas, que partem do cotidiano das crianças e que possibilitam a construção de saberes em todas as dimensões: cognitivas, sociais, emocionais, culturais e corporais.

Além disso, a aplicação do referencial deve garantir que a criança seja protagonista do seu processo de aprendizagem, de modo que o professor atue como mediador, organizando tempos, espaços e materiais para favorecer a exploração, a curiosidade, o brincar e a interação. Como aponta Kramer (2003), reconhecer a infância em sua singularidade é assegurar que a criança viva plenamente sua etapa de desenvolvimento, com direito de ser e de aprender a partir de sua realidade.

Em São Miguel dos Campos, essa prática cotidiana também dialoga com a concepção de que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, base para toda a trajetória escolar dos estudantes. Portanto, aplicar o referencial é, antes de tudo, valorizar a infância, respeitar os tempos das crianças e garantir que cada uma se desenvolva em todas as áreas, desde a creche até a pré-escola, sempre em ambientes educativos que promovam cuidado, afeto e aprendizagens significativas.

Como a avaliação é realizada na educação Infantil no Município e quais concepções precisam ser integradas?

Como deve ser os registros sobre o desenvolvimento das crianças e como são construídos orientando o trabalho pedagógico nas instituições de Educação Infantil do município?

Como as famílias contribui para um currículo e uma avaliação significativa ?

A avaliação na Educação Infantil do município é entendida como um processo contínuo, formativo e diagnóstico, sem fins de promoção, seleção ou classificação. Seu objetivo é acompanhar o desenvolvimento integral das crianças, compreendendo como cada uma aprende, sente, percebe e constrói hipóteses ao longo da infância.

De acordo com o Sistema Municipal de Educação de São Miguel dos Campos, a prática avaliativa deve ser investigativa, planejada, sistemática e reflexiva, respeitando a singularidade de cada criança e considerando suas interações, brincadeiras e contextos de convivência. Para isso, utiliza-se um conjunto de instrumentos como observações cotidianas, relatórios individuais, pareceres descritivos e conceituais (baseados nas habilidades da BNCC), diários on-line, cadernos de registro e o sistema i-Educar, que organiza os dados de forma digital, monitorada pela gestão escolar e coordenação pedagógica.

Além disso, são realizados diagnósticos trimestrais com as turmas da pré-escola (4 e 5 anos), que não têm caráter classificatório. Esses momentos permitem identificar avanços e desafios no desenvolvimento infantil, subsidiando o planejamento de práticas pedagógicas e estratégias mais eficazes, sempre respeitando o direito da criança de viver plenamente a infância.

Outro recurso é o **AVALIE**, sistema avaliativo próprio do município, aplicado à todas as crianças típicas e atípicas do Infantil V (5 anos), em dois momentos do ano letivo: no início, para compreender como estão chegando, e no final, para verificar como estão sendo preparadas para ingressar no Ensino Fundamental. [Essa avaliação combina tarefas](#)

pedagógicas, atividades lúdicas em duplas e atividades diversificadas de acordo com as necessidades específicas das crianças com deficiência, aplicadas por avaliadores externos, o que garante maior objetividade diagnóstica sem abrir mão da dimensão lúdica.

Assim, a avaliação municipal se mantém formativa, inclusiva e centrada na criança, valorizando o brincar, a observação contínua e a documentação pedagógica como práticas permanentes dos professores. Ao mesmo tempo, orienta o planejamento e assegura condições para que as crianças tenham um desenvolvimento integral em nossas unidades.

Essas perspectivas dialogam com Hoffmann (2012), ao conceituar a avaliação como “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”. Nessa mesma direção, Fullgraf e Wiggers (2014, p. 167) afirmam que “a avaliação na Educação Infantil não diz respeito a quantificar resultados, mas sim descrever os processos de aprendizagem, desenvolvimento e interações ao longo da trajetória da criança”.

Além disso, a Resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2009) reforça que a avaliação da Educação Infantil deve ocorrer “sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”, assumindo caráter formativo, reflexivo e permanente, a fim de contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas.

Portanto, é fundamental que a avaliação seja guiada por concepções que reconheçam a criança como sujeito de direitos e protagonista de sua aprendizagem, respeitando sua singularidade, história e contexto social, valorizando o brincar e garantindo a inclusão de todas as crianças.

Os registros constituem ferramentas essenciais para acompanhar o percurso de aprendizagem e orientar o trabalho pedagógico na Educação Infantil. Eles devem ser sistematizados, contínuos e variados, permitindo uma observação integral e reflexiva dos processos educativos.

São construídos a partir da observação atenta do cotidiano, contemplando interações, brincadeiras, hipóteses, descobertas e avanços das crianças. Entre os instrumentos utilizados destacam-se: diários on-line, cadernos de registro do professor, relatórios individuais, pareceres descritivos e conceituais, entrevistas com as famílias e as próprias produções

infantis. Textos, fotografias, registros gráficos e demais formas de documentação compõem um retrato fidedigno da trajetória das crianças.

Esses registros não possuem caráter classificatório, mas se configuram como documentação pedagógica que cumpre funções fundamentais: acompanhar a singularidade de cada criança, subsidiar o planejamento docente, oferecer elementos para o replanejamento de estratégias e favorecer a comunicação com as famílias. Esse diálogo acontece semestralmente, por meio de relatórios e reuniões pedagógicas.

O município também utiliza o sistema digital **i-Educar**, que organiza frequência, relatórios e pareceres, assegurando acompanhamento sistemático, formal e acessível tanto à gestão escolar quanto às famílias.

A participação da família é indispensável para tornar a avaliação mais significativa e o currículo mais conectado à realidade das crianças. No município, esse diálogo ocorre em momentos específicos, como nos encontros de 100 e 200 dias letivos, quando são apresentados os relatórios descritivos e conceituais. Além disso, os plantões pedagógicos favorecem a escuta das famílias, o compartilhamento de percepções e o fortalecimento da corresponsabilidade entre escola e família.



Plantões pedagógicos

Esse processo é orientado por concepções que reconhecem a criança como sujeito de direitos, protagonista de sua aprendizagem, valorizando sua história, singularidade e contexto social. O brincar e as interações são considerados eixos estruturantes do currículo, em consonância com a BNCC (2017).

Outro princípio essencial é a inclusão, que requer estratégias avaliativas capazes de atender às especificidades das crianças com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, articulando o trabalho do professor da sala regular com os profissionais de apoio e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), presente em todas as unidades, garantindo o direito ao acesso, participação, aprendizagem e desenvolvimento em ambientes inclusivos desde os primeiros anos da vida escolar.

Em síntese, a avaliação na Educação Infantil no município configura-se como processo contínuo e sistemático, formalizado por registros diversos, compartilhado com as famílias e orientado por princípios formativos, inclusivos e centrados na criança.

5 – Os temas contemporâneos transversais e o currículo diversificado

Identidade visual: Elementos gráficos de quebra-cabeça com imagens de experiências realizadas nas instituições infantis do município se unindo; ícones de planeta, diversidade, meio ambiente;

Como os temas contemporâneos (como meio ambiente, ética, diversidade, saúde, entre outros) podem ser integrados ao currículo da Educação Infantil de forma significativa, a pensar sobre a(intradisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar) ?

De que forma o currículo pode respeitar e valorizar as múltiplas infâncias e realidades das crianças de São Miguel dos Campos com os temas integradores (Exemplo: proteção das crianças e outros alinhados aos objetivos do desenvolvimento sustentável- agenda 2030?

De que maneira esses temas podem se tornar vivencia na rotina de vida das crianças e contribuírem para uma sociedade mais sustentável, ética, coletiva e justa def forma que envolva também a família?

Na Educação Infantil, o currículo precisa estar a serviço da vida, da curiosidade e das descobertas das crianças. Quando falamos de temas contemporâneos, como meio ambiente, ética, diversidade e saúde, não estamos diante de conteúdos isolados, mas de dimensões que atravessam o cotidiano e dão sentido às aprendizagens. É justamente aí que entram as perspectivas intra, inter e transdisciplinares.

De forma intradisciplinar, o professor pode abordar esses temas dentro de cada campo de experiência, sem perder a especificidade. Por exemplo: ao trabalhar “O eu, o outro e o nós”, surge a oportunidade de refletir sobre a diversidade, o respeito e as diferenças; já em “Corpo, gestos e movimentos”, a saúde e o cuidado com o corpo podem ser explorados naturalmente. Aqui, o tema contemporâneo se enraíza no campo, sem se deslocar dele.

Na interdisciplinaridade, os temas são fios que costuram diferentes áreas, construindo conexões entre experiências. Ao organizar uma horta na escola, por exemplo, a criança aprende sobre meio ambiente (cuidado com a natureza), exercita valores de ética (respeito e colaboração), vivencia a saúde (alimentação e bem-estar) e pode explorar linguagens diversas (oralidade, desenho, registros). Não há fronteiras rígidas: cada área dialoga e se fortalece pela presença do tema.

Já a transdisciplinaridade rompe barreiras e coloca a criança em contato com a vida em sua complexidade. Aqui, não se trata apenas de cruzar conteúdos, mas de mergulhar em problemas reais que mobilizam a imaginação e o pensamento crítico. Uma roda de conversa

sobre a chuva que inundou a rua da comunidade pode levar as crianças a pensar no cuidado ambiental, na responsabilidade coletiva, nos sentimentos das famílias atingidas e em soluções possíveis, sempre na linguagem e no alcance delas. É a escola abrindo espaço para que a criança perceba que o conhecimento está vivo e a vida pede diálogo constante.

São eles que possibilitam formar sujeitos sensíveis, éticos e conscientes, capazes de aprender não apenas “sobre” o mundo, mas “com” o mundo.

Quando pensamos em currículo na Educação Infantil, não podemos imaginá-lo como algo pronto, fechado e único. O currículo precisa nascer da escuta, do olhar atento e do respeito às múltiplas infâncias que convivem dentro da escola. Cada criança traz consigo uma história, uma cultura, uma forma de viver e sentir o mundo — e é justamente essa diversidade que dá sentido ao trabalho pedagógico.

Ao integrar temas como proteção das crianças, sustentabilidade, igualdade e saúde, alinhados à Agenda 2030 da ONU, o currículo ganha vida porque passa a dialogar com realidades concretas. Não se trata de impor grandes metas globais às crianças pequenas, mas de traduzi-las em experiências cotidianas que façam sentido no universo infantil. Por exemplo, quando cuidam de uma planta, aprendem sobre preservação da natureza; quando vivenciam situações de cuidado mútuo, experimentam na prática o direito à proteção; quando conhecem histórias de diferentes lugares e culturas, desenvolvem sensibilidade para a igualdade e o respeito.

Respeitar as múltiplas infâncias significa reconhecer que nem todas as crianças vivem as mesmas condições: algumas crescem em áreas urbanas cheias de tecnologia, outras em espaços rurais próximos à natureza; algumas vivem em contextos de abundância, outras em situações de vulnerabilidade. O currículo, nesse sentido, precisa ser flexível e inclusivo, capaz de se moldar às realidades e de promover experiências que garantam direitos para todas.

Ao trabalhar os temas integradores, o professor se torna mediador de aprendizagens que conectam o local ao global. Se uma comunidade enfrenta problemas de falta de água, por exemplo, esse pode ser o ponto de partida para dialogar sobre consumo consciente, cuidado ambiental e solidariedade, de forma acessível às crianças. Se há situações de violência na região, a escola pode fortalecer a ideia de proteção, acolhimento e segurança, ajudando a criança a compreender que ela tem direitos e que o mundo pode ser um lugar de cuidado.

Assim, o currículo valoriza as múltiplas infâncias quando deixa de ser apenas um conjunto de conteúdos a ensinar e se torna um espaço de vida, no qual as crianças aprendem a pensar, sentir, cuidar e transformar. Ao se alinhar aos objetivos de desenvolvimento sustentável, ele não apenas prepara para o futuro, mas já oferece, no presente, condições de viver uma infância plena, com dignidade, voz e protagonismo.



Exemplos práticos de integração dos ODS na Educação Infantil:

- ODS 3 – Saúde e bem-estar: promover momentos de cuidado com o corpo, como a higiene das mãos e escovação supervisionada, incentivar brincadeiras que envolvem movimento (pular corda, circuitos motores) e conversar sobre a importância da água, do sono e da alimentação saudável, tudo em linguagem acessível.
- ODS 4 – Educação de qualidade: criação de espaços de leitura e contação de histórias que valorizem diferentes culturas e ampliem a imaginação utilizando histórias infantis que trazem dilemas simples (como dividir brinquedos ou ajudar um amigo). Outra prática proveitosa é estabelecer “combinados coletivos” construídos coletivamente com a linguagem adequada para turma, trazendo desde cedo a compreensão social.
- ODS 5 – Igualdade de gênero: apresentar brinquedos e atividades sem estereótipos (meninos também podem cuidar de bonecas, meninas também podem brincar de carrinhos), promover reflexões com as crianças, sempre incentivando a empatia e respeito ao outro.

- ODS 10 – Redução das desigualdades: organizar rodas de conversa e leitura com livros que mostrem diferentes culturas, tipos de família, tons de pele e modos de viver. Também é possível valorizar a diversidade cultural por meio da música e culinária (experimentar frutas de diferentes regiões, dançar ritmos variados).
- ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: brincadeiras de separação de materiais recicláveis, uso de sucata para produzir brinquedos e construção de consciência sobre desperdício de água e alimentos.
- ODS 15 – Vida terrestre: criar uma hortinha ou jardim sensorial com as crianças, permitindo que plantem, reguem e acompanhem o crescimento, promovendo em cada criança o senso de uma pequena responsabilidade.

Essas experiências, simples e acessíveis, fazem com que as crianças compreendam, desde cedo, que fazem parte de um mundo maior, no qual cada atitude tem impacto.

Na Educação Infantil, o grande desafio não é apenas apresentar os temas contemporâneos, mas transformá-los em vivências cotidianas que façam sentido para as crianças. É na rotina — nos pequenos gestos, nas repetições e nas descobertas — que os valores de uma sociedade mais sustentável, ética, coletiva e justa se constroem. Quando uma criança aprende a cuidar do seu brinquedo, a dividir um lápis, a regar uma planta ou a guardar o que usou, ela está, na prática, formando a base de uma cidadania ativa e responsável.

Esses temas só ganham força quando se tornam experiências vividas. Por exemplo: ao escovar os dentes juntos após o lanche, as crianças não apenas aprendem sobre saúde, mas também percebem o valor do cuidado coletivo. Ao organizar uma roda de conversa para decidir os “combinados da turma”, elas vivenciam ética e respeito às regras construídas em grupo. Ao brincar com sucata, não apenas desenvolvem criatividade, mas internalizam a ideia de reutilizar e dar novos significados aos objetos. São práticas simples, mas que deixam marcas profundas.

E esse movimento não pode se limitar aos muros da escola. É fundamental envolver a família, que é parte essencial dessa construção. Quando a criança leva para casa a muda de uma planta que ajudou a cultivar na escola, convida a família a participar do cuidado com a natureza. Quando compartilha músicas, histórias ou brincadeiras sobre diversidade, leva para sua casa uma mensagem de respeito e acolhimento. Quando aprende sobre alimentação

saudável no coletivo, influencia também as escolhas da mesa familiar. A escola, nesse sentido, age como ponte: promove práticas e reflexões que atravessam o cotidiano e alcançam o lar.

Integrar os temas contemporâneos à Educação Infantil é, portanto, preparar o presente e o futuro. É oferecer às crianças, desde cedo, a chance de viver uma infância plena, consciente e participativa. Mais do que ensinar conceitos, trata-se de formar modos de ser e conviver que inspiram a construção de uma sociedade que nasce no brincar, no cuidar e no aprender. Ao se tornar parte da rotina das crianças, esses valores crescem junto com elas, ajudando a formar sujeitos mais conscientes, solidários e comprometidos com um futuro melhor para todos.



Horta Escolar/ Participação da Família na horta escolar

6 – Competências socioemocionais

Identidade visual: Desenhos de crianças: Corações, mãos dadas, emojis



De que forma as competências socioemocionais devem ser trabalhadas no currículo da educação infantil, Considerando o papel do professor professor, da criança e da família?

De que maneira o currículo da Educação Infantil pode contemplar a concepção de educação integral e a realidade das crianças de São Miguel dos Campos?

Como o currículo da Educação infantil pode integrar as competências socioemocionais de modo a favorecer a formação progressiva das crianças ao longo de sua trajetória de vida?

São Miguel dos Campos é uma cidade marcada por sua história, tradições culturais e pela força de sua comunidade, a infância se constrói diariamente nas interações entre crianças, famílias, professores e o território em que vivem. É nesse contexto que o desenvolvimento das competências socioemocionais ganha centralidade no currículo da Educação Infantil, pois permite que as crianças aprendam não apenas conteúdos cognitivos, mas também habilidades essenciais para a vida em sociedade, como o respeito, a empatia, a cooperação e a capacidade de lidar com as próprias emoções.

A BNCC (2017), destaca que a Educação Infantil deve assegurar à criança o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos estão profundamente ligados às competências socioemocionais, que se manifestam quando a criança aprende a reconhecer suas emoções, a respeitar o outro e a lidar com frustrações de forma saudável.

Nesse processo, o professor assume o papel de mediador, criando ambientes de acolhimento e segurança emocional que estimulam o desenvolvimento integral.

A criança, por sua vez, é vista como sujeito ativo, que aprende e se desenvolve nas interações com o mundo. Brincadeiras coletivas, atividades de grupo e situações do cotidiano

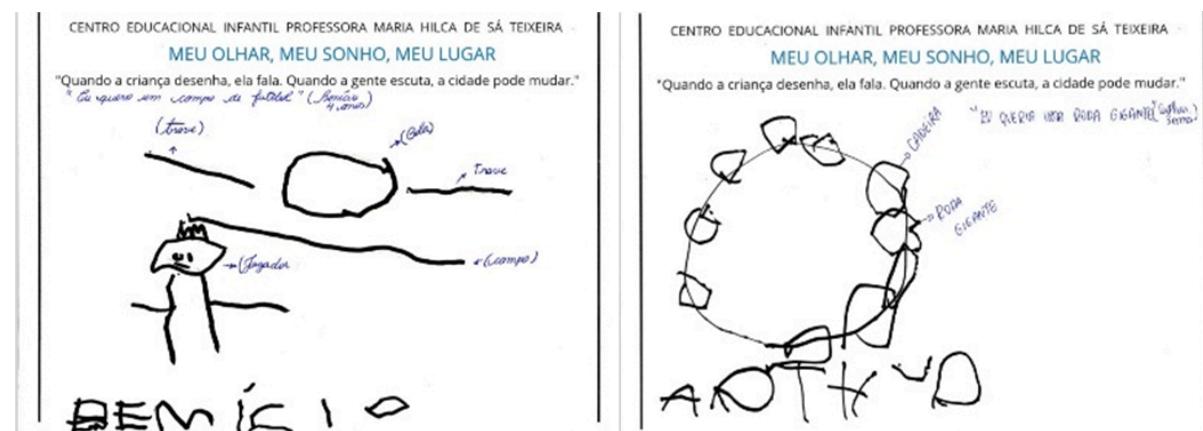
tornam-se oportunidades valiosas para que ela experimente sentimentos, negocie regras, desenvolva empatia e aprenda a lidar com desafios.

Já a família, em função indispensável: ao oferecer afeto, diálogo e apoio, fortalece os vínculos socioemocionais e potencializa o trabalho realizado na escola.

Nesse sentido, Vygotsky (1998, p. 117), em sua obra *A Formação Social da Mente*, ressalta: “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo pelo qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam.” Essa afirmação reforça a ideia de que o desenvolvimento socioemocional não ocorre isoladamente, mas na convivência e no contato com os outros. Por isso, em São Miguel dos Campos, valorizar a comunidade, a cultura local e o envolvimento das famílias é essencial para a construção de um currículo contextualizado, sensível e transformador.

Por fim, ao pensar as competências socioemocionais na Educação Infantil é indispensável incluir a escuta atenta e respeitosa das crianças. Essa prática vai além de ouvir palavras: envolve reconhecer gestos, expressões, brincadeiras e silêncios como formas legítimas de comunicação. A escuta ativa assegura que as crianças sejam vistas como protagonistas de seu processo educativo, reafirmando seu direito de participar e de ter suas vozes consideradas na construção do cotidiano escolar. Como orienta a BNCC, escutar a criança é também reconhecer nela um sujeito de direitos, capaz de contribuir para a vida coletiva desde a primeira infância.

Escuta ativa da criança- “Escutamos os desejos e sonhos das crianças de nosso município.”



Os desenhos apresentados são frutos de um processo de escuta ativa realizado com as crianças do CEI Professora Maria Hilca de Sá Teixeira deste município. Ao serem convidadas a falar sobre o que gostariam para o espaço da creche, para a comunidade e até para o município, elas expressaram seus desejos e ideias através da arte. Esses registros visuais integram o currículo da Educação Infantil, reconhecendo o direito das crianças de serem ouvidas, conforme orienta a BNCC (2017), que destaca a participação e o protagonismo infantil como princípios fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento.

Em São Miguel dos Campos, pensar no currículo de Educação infantil significa reconhecer a criança como sujeito de direitos, pois a educação infantil é a primeira etapa da Educação básica e tem como função primordial assegurar esses direitos, o direito ao desenvolvimento integral da criança nos aspectos psicológicos, físico, intelectual, social e cultural em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , LDB 9394/96 (Art 29) . O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apontam para um compromisso claro: garantir o desenvolvimento pleno da criança em seus aspectos cognitivo, físico, emocional, social e cultural, respeitando a infância em sua singularidade.

Em São Miguel dos Campos, a realidade das crianças é atravessada pela riqueza do território: o Rio São Miguel, as feiras livres, a praça da comunidade, os vestígios da antiga fábrica de tecidos e a força da cultura popular que pulsa nas danças, músicas e histórias locais. É neste chão concreto que o currículo da Educação Infantil deve nascer e se fortalecer. A educação integral não se constrói apenas em sala de aula, mas na relação da criança com o mundo ao seu redor, explorando o bairro, valorizando as memórias familiares e descobrindo saberes tradicionais e dialogando com as expressões culturais de São Miguel dos Campos.

Dessa forma, o currículo da Educação Infantil em São Miguel dos Campos está articulado às orientações nacionais à realidade cultural, social e histórica do município, assegurando que devemos:

- Valorizar os cinco campos de experiência da BNCC, oferecendo oportunidades de exploração, expressão e criação em diferentes linguagens;
- Reconhecer a cultura local como fonte legítima de conhecimento, conectando brincadeiras, histórias e vivências da comunidade à rotina pedagógica;

- Promover equidade e inclusão, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas condições sociais, tenham acesso a experiências significativas;
- Construir vínculos afetivos, entendendo que a educação integral também envolve cuidado, acolhimento e escuta atenta;
- Articular escola, família e comunidade, ampliando a rede de proteção e desenvolvimento da criança.

Educar integralmente é, antes de tudo, formar cidadãos desde a primeira infância, capazes de se reconhecer como parte de uma coletividade e, ao mesmo tempo, donos de sonhos e potencialidades únicas. Em São Miguel dos Campos, onde tradição e futuro se encontram, o currículo da Educação Infantil pode ser o elo entre a vivência da criança e os direitos que a asseguram.

Assim, a educação integral deixa de ser apenas um conceito teórico e se transforma em prática viva, enraizada no território, fortalecida pela legislação e sustentada pelo compromisso ético de ver na criança não apenas o amanhã, mas o presente potente que já é.

Quando pensamos no currículo da Educação Infantil em São Miguel dos Campos, pensamos em uma educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos. Trata-se de oferecer à criança um espaço onde ela possa viver plenamente a infância, aprender a conviver com o outro, lidar com as próprias emoções e construir valores que a acompanharão por toda a vida. Nesse sentido, integrar as competências socioemocionais ao currículo é essencial para favorecer a formação progressiva e integral das crianças ao longo de sua trajetória. Segundo Paulo Freire, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) orienta que a Educação Infantil deve assegurar às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos se traduzem em experiências que vão além do cognitivo e alcançam o campo socioemocional: aprender a respeitar diferenças, a compartilhar, a esperar sua vez, a cuidar do outro e a reconhecer suas próprias emoções. “O aprendizado desperta uma variedade de processos internos de desenvolvimento que só operam quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e, em particular, com aqueles mais capazes de orientar sua aprendizagem.” Vygotsky L.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) reforça, em seu artigo 29, que a finalidade da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Isso significa que a escola deve ser um espaço de formação humana completa, onde a criança tenha oportunidades de desenvolver não apenas raciocínio e linguagem, mas também empatia, solidariedade e resiliência.

Do mesmo modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90) garante, em seu artigo 53, o direito à educação que vise ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e para a vida em sociedade. Quando o currículo da Educação Infantil em São Miguel dos Campos integra as competências socioemocionais, ele contribui diretamente para a construção de uma geração mais consciente, participativa e preparada para lidar com os desafios da vida em comunidade.

O território de São Miguel dos Campos, com sua diversidade cultural, a feira livre, o Rio São Miguel, as praças comunitárias e a memória da antiga fábrica de tecidos, pode ser cenário vivo para práticas pedagógicas que estimulem a cooperação, a partilha, o respeito e o cuidado coletivo. Ao explorar esses espaços, a criança aprende a se reconhecer no outro e no mundo, fortalecendo laços afetivos e valores humanos que a guiarão em todas as fases da vida.

Assim, ao alinhar-se à BNCC, à LDB e ao ECA, o currículo da Educação Infantil em São Miguel dos Campos torna-se um instrumento de formação integral e preventiva, capaz de desenvolver nas crianças não apenas saberes acadêmicos, mas também competências socioemocionais que as tornarão cidadãos mais humanos, solidários e conscientes de sua responsabilidade social.

Quais modalidades de ensino e concepções estão presentes na Educação Infantil e são fundamentais para o Referencial curricular do município?

Como deve ser o currículo da educação Especial na educação infantil de São Miguel dos Campos?

Como considerar igualdade e equidade e justiça social no Referencial curricular do município de modo a pensar sobre uma educação inclusiva?

I. O Fundamento Curricular: Concepções e Princípios Norteadores

O Referencial Curricular para a Educação Infantil de São Miguel dos Campos é um documento institucional que reflete nosso compromisso ético, político e estético com a infância. Alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ele se fundamenta em um conjunto de concepções claras que orientam a prática pedagógica, assegurando o direito a uma infância plena, digna e significativa.

A. A Criança como Sujeito Protagonista

Nossa visão de Criança rompe com perspectivas meramente assistencialistas, consolidando-a como sujeito histórico, social e cultural, detentora de direitos desde o nascimento. Ela é reconhecida como protagonista ativa no processo de seu desenvolvimento e aprendizagem, capaz de interagir, expressar-se e produzir cultura. Esta compreensão humanizada é a base para a garantia de uma Educação Infantil pautada no acolhimento e na escuta sensível de suas vozes e necessidades.

B. Currículo: Expressão Viva de Interações e Experiências

Na Educação Infantil, o conceito de currículo assume uma especificidade própria. Ele transcende a simples grade de conteúdos, manifestando-se integralmente nas interações e experiências que a instituição intencionalmente oferece no cotidiano. O currículo, portanto,

organiza de modo articulado os tempos, espaços, materiais e relações, garantindo que as dimensões do Educar e Cuidar sejam inseparáveis e indissociáveis.

C. O Cuidar e o Educar: Dimensões Integradas

A concepção de Educação nesta etapa integra, em uma perspectiva holística, o cuidar e o educar. Cuidar significa atender com afeto e responsabilidade às necessidades físicas, emocionais e sociais, promovendo saúde, segurança e bem-estar. Educar implica impulsionar as aprendizagens que ampliam o conhecimento de mundo, a imaginação, a criatividade e a socialização. Ao reconhecer que todo ato de cuidado é inherentemente educativo e vice-versa, reafirmamos um princípio fundamental desta etapa: a integralidade do desenvolvimento infantil.

D. Aprendizagem pela Afetividade e Ludicidade

A Aprendizagem é concebida como um processo ativo, construído pela criança. Priorizamos o brincar, a curiosidade, a exploração e a convivência como motores pelos quais a criança elabora sentidos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. O foco é a garantia de experiências ricas e diversificadas que favoreçam o desenvolvimento integral, sem incorrer em antecipação da escolarização.

E. Avaliação: Um Processo Contínuo e Formativo

A Avaliação do processo educativo é concebida de forma contínua, descriptiva e formativa. Seu propósito é acompanhar, registrar e dar visibilidade aos avanços, interesses e necessidades de cada criança, sem adotar caráter de retenção ou comparação. Ela se materializa por meio de registros pedagógicos, relatórios, portfólios e observações que traduzem, com objetividade e seriedade, as trajetórias de desenvolvimento e aprendizagem.



II. O Território e as Modalidades da Educação Infantil

A. O Território como Fonte de Experiências e Pertencimento

Em São Miguel dos Campos, o Território é mais que a geografia escolar; é um lugar simbólico onde as crianças constroem seus significados. Ele se estabelece como um cenário vivo de memórias, experiências e interações que, ao permear o currículo, o tornam situado e dinâmico.

O reconhecimento do Território no planejamento curricular exige:

- **Valorização da Cultura Local:** Inserir a riqueza cultural, as tradições, as linguagens e os saberes da comunidade no cotidiano pedagógico, promovendo o sentimento de pertencimento.
- **Expansão dos Horizontes:** Promover a saída dos muros da instituição, transformando o entorno em um vasto campo de investigação e exploração, permitindo que a realidade concreta seja um manancial de aprendizagens, como, visitas realizadas na Casa de Cultura, Ponte sobre o Rio São Miguel, piqueniques na praça de eventos às margens do rio, entre outros pontos que costumeiramente são proporcionados às nossas crianças.
- **Curriculum Plural e Inclusivo:** Assegurar que o currículo municipal dialogue com a diversidade das infâncias que habitam o município, tornando-o sempre situado, plural e inclusivo.

B. Modalidades de Atendimento: Creche e Pré-escola

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, organiza-se institucionalmente em duas modalidades, ambas voltadas para o desenvolvimento pleno da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, social, cultural e simbólico:

1. **Creche:** Atendimento a crianças de zero a três anos.
2. **Pré-escola:** Atendimento a crianças de quatro a cinco anos.

Asseguramos, em ambas, o direito fundamental de **Brincar, Conviver, Explorar, Expressar-se e Participar**, conforme as DCNEI.

CRECHE		PRÉ-ESCOLA
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
Na creche, o currículo se organiza em torno das interações e brincadeiras, considerando os ritmos e necessidades de cada criança pequena.		O brincar continua sendo eixo estruturante, mas há uma intencionalidade pedagógica maior na organização dos tempos e espaços
Tem como foco central o cuidado, a socialização e o desenvolvimento integral em espaços de convivência, brincadeira, movimento e exploração.		Promove: ➤ o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, ➤ a ampliação do raciocínio lógico-matemático, ➤ o fortalecimento da autonomia, ➤ o exercício da convivência democrática e da participação social.
O currículo deve contemplar experiências que assegurem vínculos afetivos, a ampliação da linguagem, o brincar como eixo estruturante, o desenvolvimento motor e a expressão criativa.		O currículo deve favorecer a ampliação das experiências cognitivas, sociais, emocionais e culturais, preparando a criança para transitar com segurança para o Ensino Fundamental, sem antecipação de conteúdos formais.

C. Compromisso com as Modalidades Específicas: Campo, Integral e Inclusiva

A Rede Municipal de Ensino de São Miguel dos Campos reafirma seu compromisso com a **equidade**, estendendo suas concepções pedagógicas às especificidades contextuais:

- **Educação do Campo:** O currículo nas unidades rurais deve estar em sintonia com os modos de vida, os ciclos da natureza e os saberes da comunidade do campo. As práticas pedagógicas devem utilizar o ambiente natural como fonte de aprendizagem, fortalecendo a identidade e o vínculo com o território. A redefinição da paisagem local impõe uma reflexão sobre a situação geográfica de nossas unidades escolares. Locais que, no mapeamento oficial, ainda constam como Zona Rural, já vivem uma realidade de intensas interações, infraestrutura e fluxos típicos da expansão urbana. Essa transformação acelerada exige que o currículo promova um diálogo situado e atualizado com o território vivido pela criança, garantindo que as experiências de aprendizagem reflitam a realidade sociogeográfica concreta.

Essa mudança rápida no nosso município nos ensina algo importante:

O Currículo precisa acompanhar a vida: O que ensinamos e aprendemos nas instituições deve conversar de forma verdadeira com o que a criança vive e experimenta no seu dia a dia e no seu bairro.

Valorizando a realidade da criança: Mesmo que o mapa oficial demore a ser atualizado, nosso trabalho pedagógico deve refletir a realidade concreta do lugar. Se a criança já vive um cotidiano mais "urbano", as experiências na escola devem valorizar essa nova dinâmica.

Experiências de aprendizagem situadas: É essencial que as propostas de ensino garantam um diálogo constante e atualizado com o território, transformando o "lugar onde moramos" em um ponto de partida rico para o aprendizado, o brincar e a descoberta.

- **Educação em Tempo Integral:** A jornada ampliada é entendida como tempo de enriquecimento e não de simples extensão. O currículo articula, de forma coesa e inspiradora, as áreas do conhecimento e as interações, potencializando a ludicidade e a experiência integral da criança.

III. A Educação Inclusiva: Respeito às Singularidades

A Educação Inclusiva é um princípio inegociável, que assegura a todas as crianças o direito de conviver, aprender e se desenvolver em igualdade de condições, com respeito absoluto às suas singularidades.

Princípios Norteadores da Inclusão:

O atendimento às crianças público-alvo da Educação Especial (PAEE) na Educação Infantil não constitui um currículo à parte, mas uma integração plena ao currículo comum, com os devidos apoios e recursos.

- **Acessibilidade:** É dever do sistema garantir a acessibilidade física, comunicacional, pedagógica e atitudinal em todos os espaços e interações, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão.
- **Flexibilização Curricular:** O currículo é adaptado em termos de tempos, estratégias e recursos, sem segregação. O princípio é o respeito à singularidade de cada criança e às suas formas de aprender, como previsto nas DCNEI.
- **Equidade:** Implica reconhecer que as diferentes crianças possuem distintos pontos de partida, e a instituição deve oferecer condições diferenciadas para que todas possam se desenvolver plenamente.
- **Sujeitos de Direitos:** As crianças, incluindo as com deficiência, são reconhecidas como protagonistas de suas trajetórias, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O **AEE** tem função complementar e potencializadora. Não substitui a escolarização regular, mas fornece recursos e serviços de forma articulada com a proposta pedagógica, visando o desenvolvimento da autonomia, comunicação, mobilidade e participação plena da criança. A elaboração do **Plano Educacional Individualizado (PEI)** é uma ferramenta essencial para garantir objetivos e estratégias personalizadas e intencionalidade pedagógica, em diálogo constante com o professor regente.

A efetivação da política de Educação Inclusiva em São Miguel dos Campos é significativamente fortalecida pela oferta qualificada do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** e, notadamente, pelo trabalho essencial prestado pelo **Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE)**.

O **CAEE** transcende o mero cumprimento da legislação. Ele se estabelece como um espaço de referência técnica e humana que potencializa o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças público-alvo da Educação Especial (PAEE). Seu papel fundamental é fornecer suporte especializado, recursos pedagógicos acessíveis e estratégias individualizadas que complementam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem vivenciado em sala de aula.

Para a Rede Municipal, a manutenção e valorização do **CAEE** representa:

- Um Compromisso Ético e Pedagógico: Reafirmamos nossa responsabilidade em garantir a equidade, oferecendo condições específicas a cada criança para que suas potencialidades sejam plenamente desenvolvidas.
- Valorização da Diversidade: O Centro atua como um catalisador da aceitação e do respeito às singularidades, transformando a diversidade em uma riqueza para todo o ambiente escolar.

Portanto, a atuação articulada do AEE e do **CAEE** consolida a inclusão não apenas como um princípio normativo, mas como o caminho indispensável para a construção de uma educação de qualidade, democrática e verdadeiramente humanizadora. Este esforço conjunto assegura que cada criança, em sua particularidade, encontre o suporte necessário para uma trajetória de sucesso e participação plena em nossa sociedade.

8 – Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e Educação Antirracista

Como o currículo da Educação Infantil pode conceituar a ERER e a Educação Antirracista, contribuindo para a construção de uma identidade positiva das crianças?

De que forma as práticas pedagógicas podem promover a equidade racial desde os primeiros anos escolares?

Quais ações e conteúdos devem ser incorporados no cotidiano escolar para combater todo tipo de racismo e valorizar a história e cultura afro-brasileira e indígena?



O currículo da Educação Infantil do município de São Miguel dos Campos tem o importante papel de ser o primeiro espaço social onde a criança, além do convívio familiar,

inicia a construção de sua identidade e a percepção do outro. Nessa etapa, a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e a Educação Antirracista não aparecem como temas isolados, mas como parte essencial das vivências, das interações, do cuidado e das brincadeiras que compõem o cotidiano escolar. A Educação Infantil, portanto, deve assegurar que esses princípios estejam presentes em todas as dimensões da prática pedagógica, contribuindo para a formação integral das crianças e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. A instituição, nesse processo, é chamada a promover o respeito à diversidade e a valorização das diferentes culturas que formam o povo brasileiro, reconhecendo que, desde muito cedo, as crianças aprendem a compreender o mundo e a formar seus valores.

Conceituar a ERER no currículo da Educação Infantil significa reconhecer que as relações étnico-raciais estão presentes nas brincadeiras, nas interações, nas linguagens e nas formas como as crianças percebem o mundo, devendo, portanto, ser tratadas com intencionalidade pedagógica, respeito e acolhimento. Em conformidade com as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as instituições educacionais devem garantir o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, promovendo o reconhecimento e a valorização das contribuições desses povos para a formação da identidade nacional. Desde os primeiros anos, é fundamental que as crianças vivenciem experiências que ampliem seu repertório cultural e fortaleçam o sentimento de pertencimento e orgulho de suas origens.

A Educação Antirracista na primeira infância deve assegurar que toda criança se sinta valorizada e parte do grupo, sem ser inferiorizada pela cor da pele, pelo cabelo, pela origem ou pela cultura. Isso implica transformar a instituição em um ambiente que atua de forma intencional, reconhecendo que o combate ao racismo é uma ação educativa e coletiva. Os educadores devem agir conscientemente, escolhendo materiais, palavras, brincadeiras e atitudes que valorizem a diversidade e corrijam comportamentos discriminatórios. Ao mesmo tempo, a Educação Antirracista deve ajudar cada criança a se perceber como bonita, capaz e

importante, fortalecendo sua autoestima e segurança emocional.



Essa proposta se concretiza a partir de quatro pilares curriculares. O primeiro é a afirmação do eu e da diferença, que se expressa no Campo de Experiência “O Eu, o Outro e o Nós”, por meio de atividades que valorizam os traços físicos e identidades das crianças. O uso de espelhos, a produção de autorretratos com diferentes tons de pele e a valorização dos variados tipos de cabelo ensinam que a diferença é uma riqueza e não uma hierarquia. O segundo pilar é a representatividade cultural e narrativa, presente no Campo “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”. Aqui, a literatura infantil antirracista, com protagonistas negros e indígenas em papéis positivos, e a inclusão de músicas, danças, culinárias e artes de matriz africana e indígena tornam essas culturas parte viva do cotidiano escolar. O terceiro pilar é o ambiente e materiais antirracistas, que devem refletir a diversidade étnico-racial no Campo “Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações”. Quando a criança se reconhece nos brinquedos, livros e materiais pedagógicos, reforça-se o sentimento de pertencimento e autoestima. Por fim, o quarto pilar é o cuidado antirracista e a linguagem atenta, que envolve uma postura ativa dos educadores na prevenção e mediação de atitudes discriminatórias, no uso de linguagem respeitosa e na valorização das práticas culturais

diversas, inclusive nos cuidados com os cabelos e nas expressões afetivas. A formação continuada dos profissionais é essencial para sustentar essas práticas com sensibilidade e conhecimento.



Promover a equidade é um princípio central da Educação Infantil em São Miguel dos Campos. Igualdade não é suficiente, é preciso oferecer condições que respeitem as diferenças e garantam a cada criança as oportunidades necessárias para seu pleno desenvolvimento. As práticas pedagógicas que promovem a equidade se estruturam em eixos que se complementam e fortalecem entre si. Um deles é a diversificação e representatividade curricular, que busca refletir a pluralidade da sociedade nos materiais, livros, jogos e brinquedos, garantindo a presença de protagonistas diversos negros, indígenas, crianças com deficiência e diferentes arranjos familiares em papéis de protagonismo, beleza e inteligência. Outro eixo essencial é a adaptação e flexibilização das metodologias, na qual o professor atua como mediador sensível e criativo, oferecendo múltiplas formas de expressão e aprendizagem, mantendo altas expectativas para todas as crianças, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Soma-se a esses aspectos a gestão inclusiva das relações e do espaço, que se expressa na intervenção diante de atitudes

preconceituosas, na distribuição justa da atenção e na participação das crianças nas decisões sobre o ambiente e a rotina, fortalecendo o exercício da cidadania desde os primeiros anos.

A educação antirracista deve ser contínua e vivida diariamente, não restrita a datas comemorativas. Livros, músicas, danças, brincadeiras e projetos culturais devem fazer parte da rotina escolar, fortalecendo o respeito e a valorização das diversas matrizes culturais. Celebrações como o Dia dos Povos Indígenas e o Dia da Consciência Negra devem ser momentos de aprofundamento e reflexão sobre a história e as identidades que formam o Brasil. O envolvimento das famílias e da comunidade é essencial nesse processo, pois reforça o compromisso da instituição com uma educação democrática e transformadora.

O currículo da Educação Infantil de São Miguel dos Campos reafirma, assim, o compromisso do município com uma educação humanizada, inclusiva e comprometida com a justiça social, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). A Educação para as Relações Étnico-Raciais e a Educação Antirracista constituem eixos estruturantes da prática pedagógica, promovendo uma infância que aprende a conviver, respeitar e celebrar as diferenças que constroem o Brasil.

Desse modo, São Miguel dos Campos reafirma seu compromisso com uma educação que respeita, valoriza e celebra a diversidade desde os primeiros anos de vida. A implementação da ERER e da Educação Antirracista como fundamentos do currículo garante que cada criança, independentemente de sua cor, origem ou cultura, desenvolva sua identidade de forma positiva, construa relações saudáveis e aprenda a conviver em uma sociedade plural. Ao promover o pertencimento, a equidade e a representatividade, a instituição torna-se um agente de transformação social, formando cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com a construção de um país mais justo, solidário e inclusivo. Esse compromisso se renova cotidianamente na ação intencional, reflexiva e colaborativa de todos os profissionais da educação, das famílias e da comunidade, consolidando a Educação Infantil como um espaço de aprendizado, cuidado e valorização da vida em sua diversidade.



9 – Educação Infantil e a BNCC: Computação

Como os princípios da BNCC relacionados à cultura digital e ao pensamento computacional podem ser incorporados nas práticas da Educação Infantil?

De que forma a introdução da computação na infância pode acontecer de maneira lúdica, criativa e significativa?

Como garantir o acesso equitativo às tecnologias digitais no contexto da rede municipal?

EDUCAÇÃO INFANTIL E A BNCC: COMPUTAÇÃO

Na Educação Infantil, a Computação não é um componente curricular específico, mas pode ser integrada de forma transversal e lúdica, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento computacional e para o uso crítico e criativo da tecnologia. Essa abordagem dialoga com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as demandas do século XXI, sempre respeitando a infância e o direito de brincar.

A BNCC, especialmente por meio de seus complementos voltados à cultura digital, organiza a computação em três eixos: pensamento computacional, mundo digital e cultura digital. Na Educação Infantil, o objetivo é desenvolver habilidades por meio de experiências lúdicas, interativas e contextualizadas — com ou sem o uso direto de tecnologias.

As práticas de computação devem estar integradas aos cinco campos de experiência da BNCC — *O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações* — promovendo o desenvolvimento integral da criança. Nessa etapa, o foco está em objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e não em conteúdos formais.



Mesmo sem ensinar computação diretamente, a Educação Infantil pode incorporar práticas relacionadas, reconhecendo a presença da tecnologia no cotidiano das crianças. Isso pode ocorrer por meio de brincadeiras com tablets e computadores, jogos educativos digitais ou recursos multimídia que estimulem a criatividade e o raciocínio lógico. Também é possível introduzir o pensamento computacional sem o uso de telas, por meio de atividades como sequenciamento de histórias, jogos de causa e efeito e brincadeiras que envolvem lógica e resolução de problemas. Tais experiências fortalecem o raciocínio, a criatividade e a capacidade de resolver desafios de forma colaborativa.

Três competências gerais da BNCC dialogam diretamente com o ensino de computação:

- **Competência 1:** Conhecimento – utilizar diferentes linguagens, inclusive digitais.
- **Competência 5:** Cultura digital – compreender, utilizar e criar tecnologias digitais.
- **Competência 7:** Argumentação – desenvolver raciocínio lógico e pensamento crítico.

As propostas plugadas e desplugadas são metodologias didáticas utilizadas para o desenvolvimento do pensamento computacional, cada uma com características e abordagens específicas.

A proposta plugada envolve o uso de dispositivos digitais, como computadores, tablets e smartphones, além de softwares e plataformas digitais que auxiliam na compreensão de conceitos relacionados à programação e à lógica computacional. Por meio dessas ferramentas, os estudantes têm a oportunidade de explorar recursos tecnológicos de forma criativa e interativa, aplicando o raciocínio lógico e a resolução de problemas em contextos digitais. Exemplos de propostas plugadas incluem o desenvolvimento de jogos em plataformas como o Scratch, o uso do Google Classroom para o compartilhamento de materiais e atividades, e a construção de circuitos eletrônicos simples utilizando LEDs, pilhas e massa de modelar.



Já a proposta desplugada tem como foco atividades práticas e analógicas que promovem o mesmo tipo de raciocínio, mas sem a utilização de equipamentos eletrônicos. Essa abordagem busca estimular o pensamento lógico, a criatividade e a cooperação por meio de jogos, desafios, brincadeiras e dinâmicas que envolvem o corpo e o pensamento. As propostas desplugadas são especialmente relevantes em contextos em que o acesso à tecnologia é limitado, permitindo que todos os alunos desenvolvam competências computacionais de forma lúdica e acessível.

Assim, tanto as propostas plugadas quanto as desplugadas contribuem para a formação integral dos estudantes, promovendo o raciocínio lógico, a autonomia e o uso

criativo das tecnologias — seja no ambiente digital, seja por meio de experiências concretas e colaborativas.

As práticas pedagógicas podem incluir atividades sem tecnologia que estimulem o sequenciamento, o raciocínio lógico e a organização de narrativas, fundamentos do pensamento computacional. Conforme destaca a BNCC, “*as interações e brincadeiras são eixos estruturantes das práticas pedagógicas, e o uso de tecnologias e mídias digitais pode enriquecer essas experiências quando utilizado de forma crítica, criativa e responsável*”.

O município de São Miguel dos Campos conta com o Plano Municipal de Educação Digital e outros projetos ligados à tecnologia. Nas escolas de tempo integral, a infraestrutura conta com internet estável, computadores, tablets, projetores e salas de informática, possibilitando experiências digitais significativas e inclusivas.

A alfabetização digital na Educação Infantil de tempo integral representa um avanço nas práticas pedagógicas contemporâneas, reconhecendo que a tecnologia já faz parte da vida das crianças desde cedo. Nesse contexto, a escola tem o papel de mediar o contato com o mundo digital, promovendo experiências que desenvolvam criatividade, autonomia e pensamento crítico. A ampliação da jornada escolar permite que essa alfabetização aconteça de forma gradual, lúdica e integrada aos campos de experiência, fazendo da tecnologia um meio de expressão e construção do conhecimento.

Mais do que aprender a manusear equipamentos, a alfabetização digital envolve compreender linguagens, reconhecer formas de comunicação (imagens, sons, vídeos, textos) e utilizá-las com ética e responsabilidade. Projetos como histórias digitais, registros com câmeras e gravações, ou murais virtuais ajudam a integrar o digital ao cotidiano infantil.

O professor tem papel central nesse processo: planeja atividades intencionais, equilibra o uso da tecnologia com o brincar livre e as vivências corporais e sociais, e atua como mediador do uso consciente e respeitoso dos recursos digitais. A formação continuada dos educadores é essencial para acompanhar as transformações tecnológicas e pedagógicas.

A alfabetização digital também promove inclusão e equidade, especialmente para crianças com pouco acesso às tecnologias fora da escola, tornando o ambiente escolar um espaço de democratização do conhecimento e cidadania digital desde a infância.

Em síntese, a alfabetização digital na Educação Infantil deve ser entendida como uma oportunidade de ampliar linguagens, explorar novas formas de aprender e fortalecer os vínculos entre o real e o digital. Quando conduzida com intencionalidade pedagógica e sensibilidade, forma crianças críticas, criativas e preparadas para interagir de maneira ética e responsável com as tecnologias que fazem parte do seu tempo.

■ 10– Educação Infantil e as concepções do letramento e alfabetização



Quais são as concepções de letramento e alfabetização que estão presentes no currículo da educação infantil do município e orientam as práticas pedagógicas?

Como o processo de apropriação da linguagem oral e escrita nos campos de experiências podem ser promovidos de forma lúdica, contextualizada e respeitosa ao tempo da criança?

Como garantir uma transição cuidadosa entre as experiências iniciais do letramento para a alfabetização no Ensino Fundamental, de modo a atender a progressão da aprendizagem?

As concepções de letramento na Educação Infantil focam em desenvolver a criança como um usuário crítico e autônomo da cultura escrita, utilizando a linguagem em contextos sociais significativos, mesmo antes da alfabetização formal. Elas envolvem a promoção do contato com diversos textos e gêneros, o incentivo à participação em práticas de leitura e escrita e o desenvolvimento da capacidade de compreensão e interpretação do mundo. O objetivo é formar leitores e produtores de texto com intimidade e gosto pela linguagem, consolidando a base para o desenvolvimento intelectual e emocional desde cedo.

Na educação infantil, alfabetizar e letrar são processos inseparáveis que visam desenvolver à criança como sujeito da leitura e escrita, em vez de focar apenas na decodificação de códigos. A alfabetização ensina as relações entre a fala e a escrita (o sistema

alfabético), enquanto o letramento ensina a usar essa escrita de forma significativa em contextos sociais, como ler livros e interpretar diferentes tipos de texto.

Alfabetização é o sistema de escrita onde se dá o aprendizado de como ler e escrever as palavras. Através de atividades que apresentam as letras do alfabeto de forma lúdica, estimulam a consciência fonológica (reconhecer sons das palavras) e a relação entre som e grafia.

Letramento é um processo mais amplo que vai além do ato de ler e escrever, ensinando a compreender, interpretar e usar a leitura e a escrita em diferentes situações da vida. Expor a criança a diversos materiais escritos (livros, revistas, panfletos, rótulos) e promover a reflexão sobre o que está sendo lido, mostrando que ler e escrever serve para muitas coisas no dia a dia.

A proposta curricular de São Miguel dos Campos conta com um conjunto de diretrizes que incluem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular de Alagoas, orientando as escolas municipais em suas Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC). A secretaria municipal de educação, que é responsável pela sua elaboração, também trabalha em alinhamento com políticas de educação integral e o Plano Municipal pela Primeira Infância, além de programas específicos como “Juntos pela Educação”.

Componentes da Proposta Curricular		
Documentos Orientadores	Documento Institucional	Políticas e Programas
A proposta se baseia na BNCC e no Referencial Curricular de Alagoas, que estabelecem os direitos de aprendizagem, competências gerais e conteúdos a serem trabalhados.	A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) de cada escola é um documento organizado que reflete nas metodologias, avaliações e conteúdos específicos nas diretrizes do macro da rede municipal.	A secretaria de educação também se alinha a programas como “Juntos pela Educação” para promover a educação integral e o Plano Municipal pela Primeira Infância para garantir o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos.

A educação infantil não deve apenas focar na alfabetização, mas sim promover o letramento desde o início.

A criança já tem um "conhecimento de mundo" antes de entrar na escola, e a educação infantil deve usar esse conhecimento, por meio de atividades lúdicas, para enriquecer o processo de aprendizagem da leitura e da escrita.



O trabalho conjunto de alfabetização e letramento desenvolve habilidades cognitivas, amplia o vocabulário, estimula o raciocínio lógico e a capacidade de expressão, além de promover autonomia e protagonismo social.

Segundo Emilia Ferreiro “O processo de alfabetização nada tem de mecânico do ponto de vista da criança que aprende. A criança constrói seu sistema interativo, pensa, raciocina e inventa buscando compreender esse objeto social complexo que é a escrita”. Emilia Ferreiro fala que a criança constrói o conhecimento sobre a escrita de forma ativa, construindo e reconstruindo hipóteses sobre sua natureza e funcionamento, e não apenas decodificando. Segundo Soares (2020):

Letramento é a habilidade de leitura e escrita como processo de interação das práticas sociais, capacitando o aprendiz a produzir e interpretar diversos gêneros textuais nos mais diversos contextos e com diferentes funções. Alfabetização e letramento para ela são processos distintos, mas interdependentes e indissociáveis” (p.43-44).

Magda Soares defende a distinção entre alfabetização (domínio técnico da leitura e escrita) e letramento (uso social da linguagem), argumentando que a escola deve promover a competência linguística e crítica para a atuação do indivíduo na sociedade.

O letramento na Educação Infantil, a criança aprende a ler e escrever não apenas como um processo técnico, mas como um instrumento cultural complexo, com função social para a expressão e compreensão do mundo na ampliação do vocabulário e da compreensão.

O letramento expande o vocabulário e possibilita que a criança desenvolva uma visão mais aprofundada do mundo à sua volta, dando significado no que aprende.

- **Alfabetização** é o processo de aquisição da capacidade de ler e escrever, ou seja, de decodificar e codificar a língua escrita.
- **Letramento** é um processo mais amplo que vai além da alfabetização, ensinando a criança a usar a leitura e a escrita de forma significativa nas práticas sociais. Enquanto a alfabetização foca no "como ler e escrever", o letramento foca no "para quê ler e escrever". Excelente questão! Ela dialoga diretamente com a BNCC para a Educação Infantil, que organiza o currículo em Campos de Experiência e orienta que o trabalho com linguagem oral e escrita aconteça de forma lúdica, significativa e adequada ao desenvolvimento da criança.

O processo de apropriação da linguagem oral e escrita se dá em situações vivas, de interação e brincadeira, sem cobranças ou antecipações, mas com intencionalidade pedagógica. O professor media, enriquece o ambiente, registra e valoriza cada tentativa da criança de se expressar, através de princípios orientadores:

Lúdico como eixo central – a criança aprende pela brincadeira, pelo faz-de-conta, pela exploração de materiais, sons, histórias e interações.

Contextualização – leitura e escrita aparecem em situações reais e com sentido: listas, bilhetes, histórias, jogos, rótulos, nomes, convites etc.

Respeito ao tempo da criança – cada criança tem seu ritmo de apropriação; não se antecipa a alfabetização formal, mas se garante acesso a experiências ricas de linguagem.

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um momento delicado e estratégico, porque envolve a passagem das experiências iniciais de letramento para a alfabetização formal. A BNCC e vários documentos orientadores (como o PNA e os referenciais curriculares estaduais e municipais) apontam que isso precisa ser feito com cuidado, continuidade e respeito ao desenvolvimento da criança. Garantir uma transição cuidadosa significa articular o brincar e o letramento da Educação Infantil com a alfabetização sistemática do Ensino Fundamental, sem rupturas, sem pressa, mas com intencionalidade pedagógica e planejamento de progressão.

Princípios para garantir uma transição cuidadosa

1. Continuidade pedagógica

- O que a criança vivencia na Educação Infantil (brincadeiras, contato com textos, oralidade, exploração da escrita) deve ser reconhecido e valorizado no início do Ensino Fundamental.
- Evitar a ideia de “recomeçar do zero” no 1º ano: o professor deve partir do que a criança já sabe sobre textos, letras, sons e sentidos da linguagem.

2. Integração entre etapas

- Reuniões, registros e trocas entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para alinhar expectativas, metodologias e observações do percurso de cada criança.
- Uso de portfólios, relatórios descritivos e produções das crianças para que o professor do 1º ano conheça seu histórico de aprendizagem.

3. Respeito ao tempo da criança

- Nem todas chegam ao 1º ano no mesmo nível de apropriação da escrita. A progressão deve ser flexível e contínua, evitando pressa e cobranças inadequadas.
- A alfabetização é um processo que pode se consolidar ao longo do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano).

4. Manutenção da ludicidade e do sentido social da escrita

- A transição não significa abandonar o brincar: jogos de linguagem, dramatizações, parlendas, cantinhos de leitura continuam sendo recursos essenciais no 1º ano.

- As práticas de letramento devem seguir contextualizadas (listas, bilhetes, histórias, cartazes), dando sentido ao aprendizado das letras e palavras.

5. Progressão da aprendizagem planejada

- Do letramento inicial (reconhecimento de funções sociais da escrita, hipóteses sobre o sistema) → para a alfabetização sistemática (consciência fonêmica, correspondência fonema-grafema, leitura e escrita convencionais).

- O professor precisa trabalhar de forma gradual: explorar sons, letras, sílabas e textos curtos, sempre vinculados a práticas reais de leitura/escrita.

6. Avaliação formativa e contínua

- Observar, registrar e acompanhar o avanço da criança sem reduzi-la a testes de decodificação.

- Avaliar considerando oralidade, hipóteses de escrita, interesse, uso funcional da linguagem e produções variadas.

O trabalho da Semed enfatiza “a criança no centro do currículo” e a intencionalidade pedagógica, postura que segue a lógica dos Campos de Experiência da BNCC numa educação centrada na criança: linguagem, brincadeira, identidade, conhecimento do mundo, etc. Isso traz a concepção de que as práticas de linguagem (leitura, escuta, escrita) devem ser incorporadas a experiências significativas e lúdicas desde a Educação Infantil.

O Referencial Curricular de Alagoas promove a ideia de letramento entendido como inserção das crianças em práticas sociais de leitura e escrita no contato com diferentes gêneros, suportes e usos sociais da escrita, mais do que ensino puramente mecânico. Isso costuma orientar as escolas municipais a priorizarem experiências de leitura e escrita com sentido social através de cartazes, bilhetes, histórias, rótulos, registros coletivos.

Os documentos de referência do estado e as formações locais entendem a alfabetização como um processo que envolve aspectos cognitivos, fonológicos e instrumentais, mas que a fase da Educação Infantil deve privilegiar a preparação (consciência

fonológica, contato com letras/gêneros, experiências orais e motricidade da escrita) e a motivação, deixando o ensino sistemático formal mais concentrado no Ensino Fundamental. Em outras palavras: prepara-se a criança para alfabetizar, sem forçar procedimentos formalistas precoces.



As ações de formação em São Miguel dos Campos destacam a necessidade de intencionalidade pedagógica do professor na Educação Infantil — o docente como mediador que planeja situações de letramento, seleciona gêneros textuais e observa/registre o desenvolvimento das crianças, isto é, prática reflexiva e articulada com conhecimento curricular.

Paralelamente, as ações de letramento presentes no cotidiano escolar, garantem às crianças a participação em práticas sociais de leitura e escrita. Oportunizando contatos frequentes com diversos gêneros textuais, como histórias, parlendas, cantigas, rótulos, listas e bilhetes, possibilitando a construção de sentidos, a ampliação do vocabulário e o fortalecimento da oralidade.

Os momentos de leitura institucional são assegurados de forma sistemática, por meio de leitura diária realizada pelo professor, rodas de leitura, leitura compartilhada, leitura na sala do vizinho e utilização do cantinho da leitura. Essas ações promovem o interesse pelos

livros, o desenvolvimento da escuta atenta, a imaginação, a expressão de ideias e sentimentos, além da formação do hábito leitor.

Ressaltando que a leitura foi compreendida como um direito da criança e como eixo estruturante das práticas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento integral, conforme orientações da BNCC. As propostas favoreceram a interação, o protagonismo infantil e o fortalecimento dos vínculos afetivos com a linguagem escrita, consolidando avanços significativos no processo de alfabetização e letramento.

O Referencial de Alagoas reforça a importância de considerar as especificidades territoriais, culturais e linguísticas no trabalho com leitura e escrita. Assim, as práticas municipais costumam orientar a escolha de textos e atividades que dialoguem com as experiências e cultura local (músicas, histórias, festas, língua de sinais quando pertinente). Há também sinais de políticas inclusivas como ações bilíngues com Libras mencionadas no município.

E de forma sucinta, as práticas pedagógicas acontecem nas instituições da rede municipal:

- Cantos de leitura e contação de histórias regulares; rodas de conversa e reconto.
- Atividades de consciência fonológica (rimas, jogos de sons) e brincadeiras que exploram letras e padrões gráficos.
- Produções coletivas (professor como escriba) e uso de textos funcionais (bilhetes, listas, cartazes) para dar sentido social à escrita.
- Planejamento intencional do professor (formação continuada e ações municipais focadas em “intencionalidade pedagógica”).
- Ações que respeitam faixas etárias (0–1, 2–3, 4–5 anos) — atividades adaptadas conforme o desenvolvimento.

 11 – Transição na Educação Infantil

Como deve ser conduzido o processo de transição da criança entre as diferentes etapas da Educação Infantil e para o Ensino Fundamental?

Quais práticas podem ser adotadas para assegurar uma transição acolhedora, respeitosa e sem rupturas bruscas para as crianças?

De que forma as instituições podem promover a continuidade pedagógica e o vínculo afetivo durante essas mudanças?

O processo de transição é um momento fundamental no percurso de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Cada passagem seja de casa para a creche, da creche para a pré-escola, de uma escola para outra, ou mesmo de uma família para outra, representa uma mudança significativa em sua vida afetiva, social e cognitiva. Essas transições exigem

acolhimento, escuta e sensibilidade por parte dos adultos, para que a criança se sinta segura e confiante diante do novo.

A transição da casa para a creche é, muitas vezes, o primeiro grande desafio fora do convívio familiar. Nesse momento, a criança inicia a construção de vínculos com outras crianças e adulto aprende novas rotinas e amplia suas formas de comunicação. Cabe à instituição estabelecer uma relação de parceria com a família, construindo um ambiente de confiança, onde o acolhimento e a afetividade estejam presentes desde o primeiro contato.

Na passagem da creche para a pré-escola, a criança amplia suas experiências, adquire maior autonomia e começa a compreender as regras de convivência e os combinados coletivos. Essa etapa requer planejamento intencional dos educadores, de modo a garantir a continuidade das aprendizagens, respeitando o ritmo e a individualidade de cada criança.

As mudanças de escola ou de contexto familiar também demandam cuidado e atenção. Cada novo ambiente traz desafios e descobertas, exigindo dos educadores uma postura empática e acolhedora. É importante reconhecer que cada criança traz consigo uma história, uma bagagem emocional e cultural que precisa ser valorizada e respeitada.

Garantir uma transição suave e afetiva significa reconhecer a criança como sujeito de direitos, com voz e sentimentos, que precisa ser acolhida e compreendida em suas vivências. Assim, a escola e a família, juntas, constroem uma rede de apoio que assegura a continuidade do desenvolvimento infantil, fortalecendo o sentimento de pertencimento, segurança e confiança em cada nova etapa da vida.

Nessa perspectiva, o *Referencial Curricular do Município de São Miguel dos Campos* orienta que o processo educativo seja construído de forma contínua, articulada e humanizada, assegurando o direito de todas as crianças a um percurso escolar que respeite suas singularidades, tempos e modos de aprender. Nesse sentido, a transição entre as diferentes etapas da Educação Infantil — da creche para a pré-escola e, especialmente, desta para o Ensino Fundamental é compreendida como um momento decisivo e sensível no desenvolvimento infantil. Essa passagem exige planejamento intencional, sensibilidade pedagógica e compromisso coletivo dos educadores, de modo a garantir a continuidade das aprendizagens, prevenindo rupturas bruscas e fortalecendo vínculos afetivos.

Em consonância com essa orientação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) destaca que o Ensino Fundamental deve se construir a partir das experiências, saberes e capacidades já desenvolvidas na Educação Infantil. Assim, em São Miguel dos Campos, a transição escolar é compreendida de forma ampla, ultrapassando a simples mudança de sala, de professor ou de espaço físico. Trata-se de uma transformação cultural, emocional e pedagógica, que promove novas formas de conviver, aprender e sentir. Nesse contexto, a transição configura-se como uma oportunidade de crescimento e descobertas, permitindo à criança ampliar seus vínculos afetivos, fortalecer sua autonomia e se adaptar com segurança e confiança aos novos contextos educativos.

Esse processo deve preservar o brincar, o afeto e o acolhimento, que são marcas da Educação Infantil, compreendendo que o brincar continua sendo eixo estruturante da aprendizagem. A criança é reconhecida como sujeito ativo, criativo e participativo, capaz de construir conhecimentos por meio das interações e das experiências significativas. O brincar, nesse contexto, permanece como uma prática pedagógica essencial para que a criança se sinta segura, motivada e confiante para enfrentar os novos desafios da escolarização.

Para garantir uma transição escolar suave e significativa, as instituições de ensino do município devem promover práticas integradas que envolvam crianças, famílias e educadores. Entre essas práticas, destacam-se o acolhimento gradual, as visitas e trocas entre turmas, e a realização de projetos de integração entre o último ano da Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental. Essas ações permitem que as crianças conheçam antecipadamente o novo ambiente escolar, os professores e os colegas, reduzindo a ansiedade e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

A valorização da ludicidade é outro princípio central nas práticas de transição em São Miguel dos Campos. Considerando que a criança de seis anos ainda se encontra em fase de desenvolvimento lúdico, é necessário que as atividades continuem favorecendo experiências criativas, exploratórias e simbólicas, sem antecipar de forma mecânica os conteúdos da alfabetização (Motta, 2011).

A escuta ativa das crianças e o diálogo com as famílias são igualmente fundamentais. Momentos de rodas de conversa, reuniões e trocas afetivas favorecem a expressão de sentimentos, medos e expectativas em relação à nova etapa, validando as emoções das crianças e fortalecendo a parceria entre escola e família (BRASIL, 2017). Além disso, a

integração das equipes pedagógicas por meio de encontros e formações conjuntas entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental contribui para a construção de um olhar comum sobre o desenvolvimento infantil e para a continuidade das práticas pedagógicas.

A continuidade pedagógica e o vínculo afetivo constituem pilares para uma transição escolar bem-sucedida. O 1º ano do Ensino Fundamental deve dar prosseguimento e aprofundamento aos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e aos Campos de Experiências trabalhados na Educação Infantil. Para isso, o planejamento deve se basear em relatórios, portfólios e registros que refletem o percurso formativo de cada criança, evitando rupturas, retrocessos ou práticas descontextualizadas.

O vínculo afetivo é igualmente essencial. A construção de um ambiente acolhedor, de escuta e de confiança com o novo professor possibilita que a criança se sinta segura e confiante para enfrentar as mudanças. Práticas como a manutenção de rotinas flexíveis, o respeito ao ritmo individual e a valorização das interações e das manifestações infantis contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e segurança (Wallon apud BRASIL, 1998; Neves, Gouvêa & Castanheira, 2011).

Ao integrar cuidado, acolhimento, ludicidade e respeito às particularidades da infância, as escolas do município de São Miguel dos Campos reafirmam o compromisso com uma educação humanizadora, equitativa e integral, transformando o momento de transição em uma ponte de continuidade e não em um abismo. Dessa forma, o município consolida uma prática pedagógica que valoriza o desenvolvimento pleno das crianças e garante um percurso escolar contínuo, seguro e prazeroso.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Referencial Curricular de Alagoas: Educação Infantil.** Maceió: Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 2019.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta e altera dispositivos da Constituição Federal, prorrogando a vigência da Desvinculação de Receitas da União e tornando obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2009.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre a obrigatoriedade da matrícula na educação básica a partir dos 4 anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF/DPEI/COEDI, 1998. v. 1: Introdução.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d’Água, 1993.

FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. **Projetos e práticas pedagógicas: na creche e na pré-escola**. Brasília: Liber Livro, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 17. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: KRAMER, Sonia (org.). **A infância e sua singularidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Penso, 2016.

MOTTA, F. M. N. **Crianças de seis anos no ensino fundamental: do conflito entre culturas à mediação pedagógica**. In: OLIVEIRA, Z. M. R. (org.). **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 165-184.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

NEVES, L. P.; GOUVÉA, M. C. S. de; CASTANHEIRA, M. L. **Processos de transição na educação infantil e o impacto no desenvolvimento e na aprendizagem de crianças**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 556-577, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha B. G. **Educação e relações étnico-raciais: refletindo sobre as práticas pedagógicas**. Brasília: MEC, 2005.

PICKLER, Emmi. **O que sabe fazer seu bebê**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL). Conselho Municipal de Educação. **Resolução nº 1, de 28 de maio de 2014**. Dispõe sobre normas para a organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de São Miguel dos Campos. São Miguel dos Campos: COMED, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.